

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA: UMA VISÃO DOS PROGRAMAS E PRÁTICAS

Cristiano Maciano de Souza ¹
Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso ²
Luís Carlos dos Santos ³

RESUMO

Este artigo visou analisar os programas e práticas de capacitação e formação de agentes de segurança municipal, com o objetivo de identificar melhores práticas e áreas de melhoria para garantir um serviço de qualidade à comunidade. A capacitação desses profissionais foi considerada crucial para o desempenho eficaz de suas funções e para a construção de uma sociedade mais segura, reconhecendo a grande importância da segurança pública para o bem-estar social. O estudo abordou a interseção entre as políticas educacionais e as políticas públicas, explorando tanto sua dimensão teórica e epistemológica quanto sua aplicação prática na formação dos agentes de segurança, desde sua formação inicial até o desenvolvimento contínuo ao longo da carreira. A análise dos programas existentes e a proposição de melhorias foram fundamentais para promover uma abordagem holística na formação desses profissionais, considerando não apenas aspectos técnicos, mas também éticos e interpessoais e de comunicação, sensibilidade cultural e diversidade, e a integração de tecnologias emergentes. Foram propostas estratégias para abordar essas lacunas, como a inclusão de treinamento em resolução de conflitos, comunicação eficaz e sensibilidade cultural, bem como a integração de tecnologias de última geração. Este estudo visou contribuir para o aprimoramento das práticas de capacitação e formação de agentes de segurança, promovendo uma atuação mais eficaz, responsável e centrada na comunidade. Ao implementar as recomendações sugeridas, esperava-se fortalecer os serviços de segurança pública e melhorar a qualidade de vida das comunidades atendidas.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação, Educação em segurança, Prestação de serviços à comunidade, Desenvolvimento contínuo, Treinamento especializado.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um pilar essencial para a estabilidade e o bem-estar de qualquer sociedade. Em meio a desafios cada vez mais complexos e dinâmicos, a preparação adequada dos agentes de segurança torna-se crucial para garantir a eficácia das operações policiais, promover a confiança da comunidade e alcançar resultados positivos em termos de segurança cidadã.

¹Estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná (UniFatecie), cristianomarcianosouza@gmail.com

²Dr. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento - Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pedroherlleyson@yahoo.com.br

³Me. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Gestão Pública e Gestão de Pessoas - Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Estudante de Serviço Social - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), karloskaka@hotmail.com

Este artigo propôs uma análise aprofundada dos programas e práticas de capacitação e formação oferecidos aos agentes de segurança, com o objetivo de identificar as melhores estratégias para garantir um serviço de qualidade à comunidade. Desde o treinamento inicial até o desenvolvimento contínuo ao longo da carreira, cada etapa do processo de capacitação desempenha um papel fundamental na preparação dos agentes para enfrentar os desafios do trabalho policial moderno.

Nesta análise, diversas dimensões dos programas de capacitação foram examinadas, incluindo a abordagem de habilidades técnicas e operacionais, o desenvolvimento de competências interpessoais e de comunicação, a sensibilidade cultural e diversidade, e a integração de tecnologias emergentes. Além disso, as práticas de treinamento em resolução de conflitos, aplicação ética da lei e prevenção ao crime foram avaliadas, com o intuito de identificar áreas de melhoria e propor diretrizes para aprimorar os programas existentes.

Ao abordar essas questões fundamentais, este estudo buscou contribuir para o avanço do conhecimento e das práticas relacionadas à capacitação e formação de agentes de segurança, com o objetivo último de promover uma atuação policial mais eficaz, responsável e centrada na comunidade.

A citação "O conhecimento é poder." – (BACON, 1597, apud SILVA, 2014), ressalta a importância do conhecimento e da educação na capacitação dos indivíduos para desempenhar suas funções de forma eficaz. No contexto da segurança pública, a capacitação e formação adequadas dos agentes de segurança são essenciais para garantir a proteção da comunidade e o cumprimento da lei. Nos últimos anos, têm sido realizados diversos estudos sobre políticas públicas de educação e sua aplicação na formação desses profissionais, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que considere não apenas aspectos técnicos, mas também éticos e sociais.

METODOLOGIA

Como metodologia, buscou-se o levantamento, nos últimos anos, das políticas que envolveram a formação desses profissionais, de forma descritiva bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica descritiva é uma abordagem metodológica que visa analisar e sintetizar as informações disponíveis em fontes bibliográficas relevantes, como livros, artigos, teses e dissertações, com o intuito de

compreender um determinado tema, identificar lacunas no conhecimento existente e contextualizar a pesquisa dentro de um corpo mais amplo de literatura relevante.

A SEGURANÇA PÚBLICA

Após um período histórico marcado por regimes autoritários, a promulgação da Constituição Federal em 1988 representou um marco significativo para o Brasil, estabelecendo uma série de direitos e garantias fundamentais (Hundzinski, 2023). Essa Carta Magna foi elaborada com o objetivo primordial de conter e direcionar o poder estatal, evitando assim qualquer tipo de abuso ou transgressão aos princípios do ordenamento jurídico do país. Um dos pilares fundamentais para a consolidação desses princípios foi a criação dos órgãos de Segurança Pública, que desempenham um papel crucial na busca pelo bem comum e na promoção de uma convivência harmoniosa entre os cidadãos (Hundzinski, 2023).

Os órgãos de Segurança Pública têm suas atribuições respaldadas pela Constituição e são autorizados a exercer o Poder de Polícia, um instrumento legítimo para restringir certos direitos individuais em prol do interesse coletivo (PONCIONI, 2005). Essa intervenção na esfera privada é justificada pelo objetivo maior de preservar a paz e a ordem na sociedade como um todo. Portanto, a atuação desses órgãos, amparada pelo Poder de Polícia, é essencial para a concretização dos valores consagrados na Constituição Federal e para a promoção do Estado de Direito no país.

No vasto campo das formas institucionais de controle social, as instituições de segurança pública desempenham um papel crucial na manutenção da ordem, na mediação de conflitos e na prevenção da criminalidade e violência (SPANIOL; JÚNIOR; RODRIGUES, 2023). Essa abordagem reflete a preocupação do legislador em garantir uma sociedade pautada na paz, na justiça e no pleno exercício das liberdades individuais. A preservação da ordem pública contribui para a coletividade, minimizando os índices de criminalidade e coibindo práticas que violem os preceitos legais.

O estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em 2018 foi uma medida importante para regular a organização e o funcionamento dos órgãos de Segurança Pública (Hundzinski, 2023). Esse sistema promove a integração entre os diversos órgãos, possibilitando uma cooperação mútua que resulta na melhoria da qualidade dos serviços prestados. Além disso, permite uma resposta mais eficaz às

demandas da sociedade e promove uma atuação coordenada dos órgãos de Segurança Pública.

No entanto, para que os agentes de Segurança Pública desempenhem adequadamente suas funções, é fundamental que recebam uma formação específica e treinamento contínuo (SPANIOL; JÚNIOR; RODRIGUES, 2023). A educação desempenha um papel crucial nesse processo, garantindo que esses profissionais estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar desafios complexos. A formação adequada contribui para a promoção de direitos fundamentais, a manutenção da ordem pública e a prevenção de atos desproporcionais que possam prejudicar a sociedade.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A educação desempenha um papel fundamental na preparação dos profissionais que atuam na área da segurança pública, influenciando diretamente suas ações e interações no ambiente social em que estão inseridos. Como afirmado por Silva (2022), a educação pode ser vista como um conjunto de práticas que visam transmitir conhecimentos e habilidades necessárias para o cumprimento das responsabilidades profissionais e sociais. Independentemente da área de atuação, a educação molda o indivíduo como um todo, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, emocionais e profissionais.

No contexto da segurança pública, a educação desempenha um papel crucial na formação dos profissionais responsáveis por manter a ordem e garantir a proteção da comunidade. Como destacado por Saporì (2010), a capacitação adequada dos agentes de segurança não se limita apenas à transmissão de conhecimentos técnicos, mas também inclui o desenvolvimento de habilidades interpessoais, éticas e críticas. Essa formação visa não apenas à eficácia operacional, mas também à compreensão das complexidades sociais e éticas envolvidas em seu trabalho.

A formação dos profissionais de segurança pública deve ser concebida como um processo contínuo e multidisciplinar, como ressalta Silva (2022). Além de adquirir conhecimentos técnicos, os agentes de segurança devem ser capacitados para compreender as demandas da sociedade, adaptar suas ações às circunstâncias específicas e promover soluções abrangentes e eficazes para os desafios enfrentados. Essa abordagem multidisciplinar contribui para o desenvolvimento de profissionais conscientes de seu papel na promoção da justiça e segurança coletiva.

A construção de um currículo educacional sólido e atualizado é essencial para garantir que os agentes de segurança pública estejam preparados para enfrentar os desafios complexos de sua profissão, como enfatizado por Sapori (2010). A formação deve ir além da mera aquisição de conhecimentos técnicos, incluindo disciplinas que promovam o pensamento crítico, a compreensão das leis e dos direitos individuais, bem como a capacidade de tomar decisões éticas em situações desafiadoras. Somente por meio de uma educação de qualidade e em constante evolução os profissionais de segurança pública poderão desempenhar eficazmente suas funções, contribuindo para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

PROCESSO EDUCACIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

O processo educacional dos agentes de segurança pública é uma peça fundamental para garantir que esses profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios impostos pela complexidade e dinamismo da segurança no contexto atual. A formação não se limita ao treinamento técnico, mas engloba uma ampla gama de competências que incluem habilidades interpessoais, ética, senso de responsabilidade social, e a capacidade de lidar com situações de alta pressão e conflito.

Inicialmente, a formação básica dos agentes de segurança pública é oferecida pelas academias e instituições especializadas, que seguem diretrizes estabelecidas por políticas educacionais voltadas para o setor. Este estágio inicial é focado no desenvolvimento das competências técnicas e operacionais, essenciais para o cumprimento das tarefas diárias, como o uso adequado da força, táticas de abordagem, manuseio de armamentos, além de conhecimentos legislativos e processuais.

No entanto, o processo educacional não pode se encerrar na formação inicial. Conforme destacado por Sapori (2010), é necessário que os agentes de segurança pública passem por um processo contínuo de aperfeiçoamento ao longo de sua carreira. Esse desenvolvimento contínuo visa garantir que esses profissionais se mantenham atualizados frente às constantes mudanças nos cenários de criminalidade, bem como nas tecnologias e nas demandas sociais. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por exemplo, promove essa articulação entre diferentes instituições e órgãos para que haja uma maior cooperação e atualização constante dos agentes (Hundzinski, 2023).

Além disso, a educação contínua permite que os agentes de segurança desenvolvam habilidades que transcendem as capacidades técnicas. Habilidades como resolução de conflitos, mediação, empatia e sensibilidade cultural têm sido cada vez mais valorizadas, à medida que o papel da segurança pública se expande para além da mera repressão ao crime, para a construção de laços de confiança com a comunidade. Nesse sentido, a educação ética e a formação em direitos humanos também são componentes indispensáveis no currículo de formação dos profissionais da segurança pública.

Por fim, a integração de tecnologias emergentes no processo educacional é uma outra dimensão crucial. A formação deve acompanhar o desenvolvimento de ferramentas como monitoramento por câmeras, análise de big data para prevenção de crimes, e o uso de inteligência artificial para a gestão de informações e operações. Esse avanço tecnológico traz novos desafios para o processo educacional, exigindo que os programas de formação se adaptem rapidamente a essas inovações.

Portanto, o processo educacional dos agentes de segurança pública deve ser concebido de forma holística e contínua, com um enfoque tanto nas competências técnicas quanto nas interpessoais e éticas, garantindo assim a formação de profissionais capacitados para lidar com os complexos desafios da sociedade moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os programas de capacitação para agentes de segurança pública devem seguir algumas melhores práticas para garantir que os profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios do trabalho e servir de forma eficaz à comunidade. Entre as práticas mais relevantes, destaca-se o treinamento contínuo, que mantém os agentes atualizados sobre as últimas tecnologias, procedimentos e técnicas. Dado o rápido avanço de tecnologias como a inteligência artificial e a análise de dados, essa atualização contínua é essencial para garantir a eficácia das operações e a segurança tanto dos agentes quanto da população.

Outro aspecto fundamental é a abordagem prática e baseada em cenários reais, que simula situações do cotidiano e permite aos agentes desenvolverem habilidades de tomada de decisão sob pressão, além de melhorar suas capacidades de comunicação eficaz e resolução de conflitos. Isso não só contribui para reduzir o uso desnecessário de força, mas também fortalece a confiança entre a polícia e a comunidade. Além disso, treinamentos sobre diversidade e sensibilidade cultural são cruciais para preparar os

agentes a interagirem de forma adequada com diferentes grupos, respeitando suas características sociais e culturais.

Apesar dessas práticas, existem áreas que precisam de melhorias. Um dos pontos críticos é o desenvolvimento de habilidades interpessoais, frequentemente negligenciadas em favor de habilidades técnicas. Treinamentos focados em resolução de conflitos e desescalada também são essenciais para a atuação eficiente em situações tensas, evitando o uso excessivo de força. Outro aspecto que requer atenção é o manejo de questões de saúde mental, dado que os agentes frequentemente se deparam com indivíduos em crises, necessitando de uma abordagem mais adequada para evitar escaladas de violência.

A incorporação de novas tecnologias e a atualização das práticas policiais modernas também são áreas prioritárias. Treinamentos regulares sobre o uso de tecnologias, como reconhecimento facial e análise de dados, são fundamentais. Além disso, a avaliação contínua e o feedback durante o treinamento garantem que os agentes possam ajustar suas práticas com base em evidências, promovendo uma evolução constante.

A literatura reforça a importância de programas de capacitação que adotem uma abordagem preventiva e colaborativa com a comunidade. Ferreira e Brito (2010) defendem que políticas de segurança pública devem ser baseadas em princípios democráticos e humanitários, com ênfase na prevenção da violência e participação social. O envolvimento ativo da comunidade nas ações de segurança, conforme propõem esses autores, fortalece a relação entre a polícia e a sociedade, promovendo um ambiente mais seguro e cooperativo.

Por fim, a implementação de melhores práticas em capacitação pode transformar a segurança pública, não apenas melhorando o desempenho dos agentes, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e segura. Isso se torna possível ao integrar o uso de novas tecnologias, fomentar a colaboração com a comunidade e enfatizar a prevenção, resultando em políticas mais eficazes e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa indicam que os programas de capacitação e formação de agentes de segurança variam em termos de conteúdo, duração e abordagem pedagógica. Identificamos que os programas mais eficazes são aqueles que incorporam uma combinação de treinamento técnico, desenvolvimento de habilidades interpessoais e

ênfase na ética profissional. Além disso, observamos a importância da colaboração entre instituições de ensino, órgãos de segurança e comunidade local na implementação desses programas.

A capacitação e formação contínua dos agentes de segurança pública desempenham um papel fundamental na promoção de uma atuação eficaz e responsável, alinhada às necessidades da sociedade moderna. Ao analisar as práticas e programas existentes, este artigo identificou que é necessário um enfoque multidisciplinar, que inclua habilidades técnicas, interpessoais e o uso de tecnologias emergentes. Além disso, a sensibilidade cultural, o respeito aos direitos humanos e a resolução de conflitos são componentes essenciais para garantir uma abordagem humanizada e centrada na comunidade.

As áreas de melhoria identificadas, como o treinamento em comunicação e resolução de conflitos, a inclusão de questões de saúde mental e a atualização constante em novas tecnologias, são fundamentais para o desenvolvimento de agentes capazes de enfrentar os desafios do século XXI. Com essas reformas, os programas de capacitação podem evoluir para atender melhor às demandas das comunidades e promover uma segurança pública mais eficaz e inclusiva.

Ao propor essas estratégias e melhores práticas, este estudo visa contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de segurança, garantindo que os agentes estejam preparados para lidar com a complexidade do ambiente social e tecnológico atual, promovendo, assim, uma sociedade mais segura e justa para todos.

Para futuras pesquisas na área de capacitação e formação de agentes de segurança, que podem ampliar a compreensão sobre a eficácia dos programas existentes e suas aplicações práticas. Primeiramente, é essencial investigar a eficácia dos métodos de treinamento atualmente utilizados, com foco na avaliação do impacto de abordagens baseadas em cenários práticos e simulações de situações de crise. Além disso, estudos que explorem a relação entre a formação em habilidades interpessoais e a melhoria na interação entre a polícia e a comunidade podem proporcionar insights significativos sobre como construir a confiança pública.

A pesquisa também poderia se concentrar na integração de tecnologias emergentes nos programas de capacitação, analisando como a utilização de ferramentas como análise de dados e inteligência artificial pode aprimorar as operações policiais. Outra linha de investigação relevante seria a exploração da formação contínua e sua relação com a saúde mental dos agentes, avaliando como um suporte adequado pode afetar o desempenho e a

eficácia nas ações de segurança. Por fim, estudos que considerem a diversidade cultural e as especificidades locais nas práticas de segurança pública podem contribuir para a formulação de políticas mais inclusivas e adaptadas às realidades sociais, promovendo, assim, uma segurança pública mais eficaz e justa.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. P. D. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021: Especiais Eleições 2022. Segurança Pública no Ceará: finalmente, as estatísticas de mortes violentas vítimas efetivas reduções.** p.71-76. 2022.

HUNDZINSKI, B. O. R. A Formação dos Agentes de Segurança Pública. **Revista Sociedade Científica**, volume 6, número 1, p. 2228-2252, 2023.

MARCONI, M. A., E LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005.

SAPORI, L. F. Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2007.

SILVA, G. L. G. **Segurança pública e seus desafios no Brasil.** 2022. Monografia (Bacharelado em Direito) – Núcleo de Trabalho de Curso, Universidade Evangélica de Goiás – UniEvangélica, Anápolis, 2022.

SILVA, L. C. S. **O homem por trás do Leviatã: ciência e política na filosofia do Poder de Thomas Hobbes/ Luiz Carlos Santos da Silva.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Campinas, 2014.

SPANIOL, M. I.; JÚNIOR, M. C.; RODRIGUES, C. R. G. Como foi prevista a segurança pública no Brasil? Análise dos planos e programas nacionais de segurança implantados no período pós-redemocratização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, pág. 100-127, ago./set. 2023.